

CIDADANIA DIGITAL EM SAÚDE: O PAPEL DAS TECNOLOGIAS NA AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO SUS

Resumo: A cidadania digital em saúde configura-se como elemento estratégico na ampliação da participação social no Sistema Único de Saúde (SUS), impulsionada pela expansão das tecnologias digitais. Este estudo teve como objetivo analisar o papel das tecnologias digitais na ampliação da participação social no SUS, considerando seus avanços, desafios e implicações para a consolidação da cidadania digital em saúde. Trata-se de uma revisão narrativa de literatura, de abordagem qualitativa e caráter descritivo-analítico, realizada nas bases PubMed, SciELO e BVS, com uso de descritores DeCS/MeSH: Saúde Digital; Participação Social; Sistema Único de Saúde; Tecnologia da Informação; Cidadania. Foram incluídos estudos publicados entre 2023 e 2026, disponíveis na íntegra, sendo selecionados ao final 7 estudos e excluídos 2 por não atenderem aos critérios estabelecidos. Os resultados mostram que as tecnologias digitais ampliam o acesso à informação, fortalecem a transparência e criam novos canais de interação entre sociedade e Estado, favorecendo o controle social e a governança participativa. Contudo, persistem limitações relacionadas às desigualdades no acesso, ao letramento digital e à ausência de políticas de inclusão. Conclui-se que a cidadania digital em saúde constitui um processo em construção, cuja efetividade depende da articulação entre inovação tecnológica, inclusão social e fortalecimento institucional.

Palavras-Chave: Cidadania; Participação Social; Saúde Digital; Sistema Único de Saúde; Tecnologia da Informação.

Elaine Ferreira Siqueira

Graduada em Enfermagem pelo Centro universitário São Lucas (Afyá)

Orcid:

Ana Paula Sérvio Sousa

Pós-graduada em Psicanálises pela Faculdade de Educação do Piauí (FAEPI)

Orcid: 0000-0001-8940-8683

Kariny Michelle Alves Moreira

Especialista em Fisioterapia Neurofuncional pela Faculdade Nossa Senhora de Lourdes (FNSL)

Orcid: 0009-0007-5019-6610

Alanna Marreiro de Sousa

Especialista em Gestão em Saúde Pública pela Universidade Cândido Mendez (UCAM)

Orcid:

Monica Bento Belo

Especialista em Enfermagem em Dermatologia e Estética pela Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão de São Francisco (GRUPO CEFAPP)

Orcid: 0009-0001-8114-078X

Alexandre Ribeiro Aquino

Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG)

Orcid: 0000-0001-6613-6726

Cleverson Felipe da Silva Ferreira

Mestre profissional em Ensino na Saúde pela Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Orcid: 0000-0003-4938-2778

Érika Ribeiro Ramalho Mattera

Mestre em Clínica Odontológica pela Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE)

Orcid: 0000-0001-7488-1638

Riviane Larissa Santos Carvalho Cardozo

Mestrado profissional em Evidencia Científica na Saúde pela Faculdade de Tecnologia de Sete Lagoas (FACSETE)

Orcid:

Jozadake Petry Fausto

Doutoranda em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe pela Universidade Estadual Paulista Julio De Mesquita F (UNESP)

Orcid: 0000-0001-5656-3337

DIGITAL CITIZENSHIP IN HEALTH: THE ROLE OF TECHNOLOGIES IN EXPANDING SOCIAL PARTICIPATION IN THE SUS (Brazilian Public Health System)

Abstract: Digital citizenship in health is a strategic element in expanding social participation in the Brazilian Unified Health System (SUS), driven by the expansion of digital technologies. This study aimed to analyze the role of digital technologies in expanding social participation in the SUS, considering its advances, challenges, and implications for the consolidation of digital citizenship in health. This is a narrative literature review, with a qualitative approach and descriptive-analytical character, carried out in the PubMed, SciELO, and BVS databases, using DeCS/MeSH descriptors: Digital Health; Social Participation; Unified Health System; Information Technology; Citizenship. Studies published between 2023 and 2026, available in full, were included, with 7 studies ultimately selected and 2 excluded for not meeting the established criteria. The results show that digital technologies expand access to information, strengthen transparency, and create new channels of interaction between society and the State, favoring social control and participatory governance. However, limitations related to inequalities in access, digital literacy, and the absence of inclusion policies persist. It is concluded that digital citizenship in health is an ongoing process, whose effectiveness depends on the articulation between technological innovation, social inclusion, and institutional strengthening.

Keywords: Citizenship; Social Participation; Digital Health; Unified Health System; Information Technology.

INTRODUÇÃO

A cidadania digital em saúde configura-se como um fenômeno emergente no contexto das transformações sociotécnicas contemporâneas, sendo diretamente influenciada pela expansão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e pela digitalização dos serviços públicos. No Brasil, esse processo se insere no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), que, desde sua concepção, incorpora a participação social como princípio estruturante, associando o exercício da cidadania à garantia do direito à saúde. A incorporação de tecnologias digitais amplia as formas de interação entre Estado e sociedade, promovendo novas possibilidades de acesso à informação, serviços e espaços de deliberação coletiva no campo da saúde (Silva *et al.*, 2019)

A transformação digital tem impactado a organização dos sistemas de saúde, especialmente na Atenção Primária, ao possibilitar maior integração de dados, qualificação do cuidado e ampliação do acesso aos serviços. Esse cenário mostra que a saúde digital não se limita a ferramentas tecnológicas, mas representa uma reconfiguração das relações entre sujeitos, instituições e políticas públicas, influenciando diretamente o exercício da cidadania sanitária. Nesse sentido, a utilização das tecnologias digitais no SUS fortalece estratégias de gestão participativa e amplia a capacidade de resposta às demandas sociais, desde que orientada pelos princípios de equidade, integralidade e participação social (Iahnke, 2025)

No campo da cidadania digital, observa-se que as plataformas tecnológicas ampliam a esfera pública e fortalecem a democracia participativa, ao possibilitar maior engajamento cívico e transparência institucional. Esse processo ocorre em um contexto marcado por desigualdades estruturais, que limitam o acesso e o uso qualificado dessas ferramentas por parte da população. Assim, a cidadania digital em saúde deve ser compreendida como uma prática social que articula direitos, participação e acesso à informação, sendo condicionada por fatores socioeconômicos e educacionais que influenciam a inclusão digital (Gonzaga *et al.*, 2025)

A participação social no SUS, consolidada por meio de conselhos e conferências de saúde, constitui um dos principais mecanismos de controle democrático e de formulação de políticas públicas. Esses espaços possibilitam a articulação entre gestores, profissionais e

usuários, garantindo a inclusão da sociedade civil nos processos decisórios. Entretanto, desafios como baixa representatividade, limitações estruturais e dificuldades de articulação entre níveis de gestão comprometem a efetividade desses mecanismos, exigindo estratégias que fortaleçam o engajamento social (Souza, 2025).

Nesse contexto, a incorporação de tecnologias digitais amplia e qualifica a participação social, especialmente por meio de instrumentos como consultas públicas, plataformas digitais e canais de comunicação institucional. A experiência da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec) aponta avanços na transparência e na inclusão de diferentes atores sociais nos processos decisórios, reforçando a relevância de mecanismos digitais para o fortalecimento do controle social e da governança em saúde (Brasil, 2024; Souza *et al.*, 2024).

Paralelamente, iniciativas voltadas ao fortalecimento da participação social, como projetos intersetoriais e programas de capacitação, ampliam o engajamento da sociedade na formulação e acompanhamento das políticas de saúde. Essas estratégias reforçam a necessidade de integração entre diferentes setores e atores sociais, destacando o papel da educação em saúde e do letramento digital como elementos fundamentais para a consolidação da cidadania digital (Leite *et al.*, 2021).

Apesar dos avanços observados, a exclusão digital ainda representa um dos principais entraves à efetivação da cidadania digital no Brasil. Dados nacionais apontam crescimento no acesso à internet, mas mantêm desigualdades relacionadas à infraestrutura, custos e habilidades digitais, especialmente em regiões mais vulneráveis. Essas limitações comprometem a universalidade do acesso às tecnologias e restringem a participação plena dos cidadãos nos processos digitais de saúde (Amorim *et al.*, 2025)

Além disso, a cidadania digital em saúde envolve não apenas o acesso às tecnologias, mas também a capacidade crítica de utilizá-las de forma consciente e participativa. Isso implica compreender os impactos sociais, políticos e éticos das tecnologias digitais, bem como sua influência na produção e circulação de informações em saúde. Nesse sentido, o exercício da cidadania digital exige competências que ultrapassam o domínio técnico, incluindo o engajamento reflexivo nos processos de decisão e controle social (Gonzaga *et al.*, 2025)

A ampliação da participação social mediada por tecnologias digitais contribui para o fortalecimento da transparência e da accountability no SUS, ao facilitar o acesso a informações

públicas e possibilitar maior controle social sobre as ações governamentais. Esse processo favorece a construção de políticas mais responsivas às necessidades da população, ao incorporar diferentes perspectivas e experiências nos processos decisórios em saúde (Souza *et al.*, 2024)

Entretanto, a efetividade dessas iniciativas depende da superação de barreiras estruturais, como a fragmentação dos sistemas de informação, a insuficiência de investimentos em infraestrutura digital e a falta de capacitação dos usuários e profissionais de saúde. Tais desafios demonstram a necessidade de políticas públicas integradas que promovam a inclusão digital e garantam o acesso equitativo às tecnologias em saúde (Iahnke, 2025)

Ademais, a utilização de tecnologias digitais no SUS deve estar alinhada aos princípios democráticos que orientam o sistema, assegurando que a ampliação da participação social não se limite ao acesso formal, mas se traduza em efetiva influência nos processos de decisão. Isso implica fortalecer mecanismos de escuta qualificada, promover a diversidade de atores sociais e garantir a representatividade das populações mais vulneráveis (Silva *et al.*, 2019)

Diante desse cenário, comprova-se que a cidadania digital em saúde constitui um elemento estratégico para o fortalecimento do SUS, ao possibilitar a ampliação dos canais de participação social e a democratização do acesso à informação. Sua consolidação depende da articulação entre inovação tecnológica, inclusão social e fortalecimento das instituições democráticas, de modo a garantir que os benefícios das tecnologias sejam distribuídos de forma equitativa (Leite *et al.*, 2021)

Assim, o problema de pesquisa que orienta este estudo fundamenta-se na compreensão de como as tecnologias digitais têm contribuído para ampliar a participação social no SUS, considerando os limites impostos pelas desigualdades estruturais e pelos desafios de implementação dessas ferramentas no contexto brasileiro. Questiona-se, portanto, em que medida a cidadania digital em saúde tem sido capaz de promover maior engajamento da população nos processos decisórios e no controle social das políticas públicas.

Diante disso, justifica-se a relevância do estudo pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre o papel das tecnologias digitais na reconfiguração da participação social em saúde, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias que fortaleçam o SUS e promovam uma cidadania mais ativa, inclusiva e democrática. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho consiste em analisar o papel das tecnologias digitais na ampliação da participação social no

SUS, considerando seus avanços, desafios e implicações para a consolidação da cidadania digital em saúde.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão narrativa de literatura, de abordagem qualitativa e caráter descritivo-analítico, voltada à compreensão da relação entre tecnologias digitais e participação social no (SUS), com base na produção científica recente sobre cidadania digital em saúde. A adoção desse delineamento metodológico permite integrar diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, favorecendo uma análise mais abrangente e interpretativa do fenômeno estudado, sobretudo em contextos que envolvem dimensões sociotécnicas, políticas, institucionais e culturais que influenciam diretamente a organização dos sistemas de saúde e a participação dos sujeitos sociais

A estratégia de busca foi conduzida de forma sistematizada nas bases de dados PubMed/MEDLINE, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), selecionadas em função de sua relevância, abrangência e reconhecimento na área da saúde coletiva e das políticas públicas. Foram utilizados descritores controlados a partir dos vocabulários DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) e MeSH (*Medical Subject Headings*), combinados por operadores booleanos *AND* e *OR*, com o objetivo de ampliar a sensibilidade e especificidade da busca. Entre os descritores empregados destacam-se: “Saúde Digital” (*Digital Health*), “Participação Social” (*Social Participation*), “Sistema Único de Saúde” (Unified Health System), “Tecnologia da Informação” (*Information Technology*) e “Cidadania” (*Citizenship*), além da utilização de termos livres relacionados à temática para garantir maior abrangência na recuperação dos estudos.

Como critérios de inclusão, foram considerados estudos publicados no período de 2023 a 2026, disponíveis na íntegra, nos idiomas português, inglês ou espanhol, que apresentassem abordagem direta sobre a interface entre tecnologias digitais, cidadania em saúde e participação social no contexto do SUS ou de sistemas públicos de saúde com características semelhantes. Por outro lado, foram excluídos estudos duplicados, produções que não abordavam de forma consistente o uso de tecnologias digitais na participação social, documentos com caráter

meramente opinativo sem sustentação analítica e trabalhos que não dialogavam com o objeto central da investigação, garantindo maior rigor na seleção do material analisado.

O processo de seleção dos estudos foi realizado em três etapas sequenciais e complementares: inicialmente, procedeu-se à leitura dos títulos para identificação preliminar de pertinência temática; em seguida, realizou-se a análise dos resumos para verificação da aderência aos critérios estabelecidos; por fim, efetuou-se a leitura na íntegra dos textos potencialmente elegíveis. Ao término desse percurso metodológico, foram incluídos 7 estudos, conforme apresentado na seção de resultados e discussão, enquanto 2 produções foram excluídas por não atenderem aos critérios definidos, especialmente no que se refere à ausência de abordagem direta sobre cidadania digital ou participação social mediada por tecnologias

A extração dos dados foi realizada por meio de um instrumento estruturado elaborado pelos autores, contemplando variáveis relevantes para a análise, como autoria, ano de publicação, tipo de estudo, contexto de investigação e principais contribuições relacionadas à temática. Essa sistematização permitiu organizar as informações de maneira padronizada, facilitando a comparação entre os estudos e possibilitando a identificação de padrões, aproximações e divergências teóricas e empíricas presentes na literatura analisada.

A análise dos dados seguiu uma abordagem qualitativa, fundamentada na técnica de análise temática, que possibilitou a organização dos achados em categorias interpretativas relacionadas à governança digital, participação social, inclusão digital, uso de tecnologias na Atenção Primária à Saúde (APS) e implicações para a cidadania no SUS. A interpretação foi conduzida de forma crítica e reflexiva, buscando articular os achados empíricos com referenciais teóricos consolidados no campo da saúde digital, da democracia participativa e das políticas públicas, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada do fenômeno investigado.

Por se tratar de uma pesquisa baseada em dados secundários, de domínio público e sem identificação de sujeitos, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme preconiza a legislação brasileira vigente. Ainda assim, foram rigorosamente respeitados os princípios éticos relacionados à integridade científica, à fidedignidade das informações analisadas e à adequada citação das fontes utilizadas, garantindo a transparência e a confiabilidade do estudo.

Como limitações, destaca-se a natureza narrativa da revisão, que, embora permita maior flexibilidade interpretativa, pode implicar maior subjetividade na seleção e análise dos estudos quando comparada a revisões sistemáticas. Além disso, a delimitação temporal e linguística adotada pode ter restringido a inclusão de outras produções potencialmente relevantes. Apesar dessas limitações, a utilização de uma estratégia de busca estruturada, aliada à definição clara de critérios de inclusão e exclusão, contribuiu para assegurar a consistência metodológica e a robustez dos achados apresentados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seleção resultou na inclusão de 7 produções diretamente relacionadas à cidadania digital em saúde e à participação social no SUS, com exclusão de 2 documentos por não apresentarem aderência ao objeto central ou ausência de interface com tecnologias digitais aplicadas ao controle social. As produções contemplam diferentes abordagens metodológicas e analíticas, permitindo examinar a relação entre tecnologias digitais, governança, participação social e desigualdades estruturais. Observa-se diversidade de contextos, incluindo Atenção Primária, planejamento em saúde, políticas de informação e análises críticas sobre digitalização do Estado, possibilitando uma leitura ampliada das potencialidades e limites da cidadania digital no SUS.

Tabela 1 – Caracterização dos estudos incluídos sobre cidadania digital em saúde e participação social no SUS.

Autor	Ano	Tipo de estudo	Contexto	Contribuição principal
Andrade; Barbosa; Mortari	2026	Teórico-analítico	SUS / governança digital	Integração entre IA, governança e participação social digital
Haddad; Lima	2024	Editorial analítico	SUS / políticas públicas	Integração de dados e telessaúde para gestão participativa
Soibelman; Fornazin; Albuquerque	2025	Exploratório/bibliométrico	APS / SUS	Expansão das experiências digitais e impacto no acesso

Rachid <i>et al.</i>	2023	Teórico-crítico	Estado / SUS	Plataformização e reconfiguração da relação Estado-sociedade
Buziquia <i>et al.</i>	2024	Qualitativo	APS / ESF	Experiências concretas de participação social nos territórios
Santos <i>et al.</i>	2023	Documental	Gestão municipal	Uso restrito de TICs na participação durante pandemia
Machado	2024	Ensaio analítico	SUS / democracia	Relação entre cidadania, democracia e participação social

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

A incorporação das tecnologias digitais no SUS tem sido apresentada como elemento estruturante de uma nova dinâmica participativa, na qual a circulação de informações e a interação entre usuários e gestores passam a ocorrer também em ambientes virtuais, ampliando o alcance dos mecanismos de controle social. Andrade; Barbosa; Mortari (2026) situam essa transformação no campo da governança adaptativa, argumentando que a participação social digital fortalece a capacidade de resposta do sistema, especialmente quando articulada à interoperabilidade, à integração de dados e à organização sistêmica das informações .

Essa ampliação, contudo, não se configura de forma linear, sendo atravessada por limitações estruturais e institucionais que condicionam a efetividade das ferramentas digitais. Haddad; Lima (2024) apontam que a integração de sistemas e a consolidação da RNDS representam avanços importantes para a gestão participativa, mas enfatizam que o uso intensivo de dados exige mecanismos rigorosos de governança, proteção da informação e regulação, sob risco de fragilizar direitos, ampliar vulnerabilidades e comprometer a confiança social no sistema de saúde .

A análise das experiências na Atenção Primária mostra que a digitalização tem potencial para ampliar o acesso e qualificar a interação entre profissionais e usuários, mas sua implementação ocorre de forma desigual no território nacional. Soibelman; Fornazin;

Albuquerque (2025) demonstram crescimento expressivo das iniciativas digitais no período recente, impulsionado pela pandemia, com destaque para a telessaúde e sistemas de informação, embora ressaltem que tais avanços dependem de políticas públicas que garantam equidade no acesso, inclusão digital e uso qualificado dessas tecnologias .

Por outro lado, Rachid *et al.* (2023) problematizam a digitalização ao apontar que a plataformização do Estado redefine a relação entre sociedade e governo, transformando usuários em produtores de dados e introduzindo lógicas de mercado na gestão pública. Essa perspectiva tensiona a ideia de ampliação da cidadania digital, ao indicar que a centralização de dados e a privatização de infraestruturas podem limitar a autonomia dos sujeitos, influenciar decisões políticas e reconfigurar profundamente os processos participativos no âmbito do SUS.

No plano das práticas territoriais, Buziquia *et al.* (2024) demonstram que a participação social permanece fortemente dependente de vínculos locais, interações presenciais e articulações comunitárias, sendo mediada por fatores relacionais e institucionais. A inserção de tecnologias digitais não substitui essas dinâmicas, mas pode atuar como ferramenta complementar relevante, desde que articulada às realidades locais, às necessidades dos usuários e às práticas já consolidadas na Estratégia Saúde da Família .

A análise do planejamento em saúde durante a pandemia revela limites concretos na utilização das TICs como instrumentos de participação. Santos *et al.* (2023) identificam que apenas parte das secretarias municipais incorporou estratégias digitais para consulta pública, e que inexistiram políticas estruturadas de inclusão digital, o que restringiu a participação de segmentos sociais mais vulneráveis, revelando desigualdades persistentes no acesso às tecnologias e fragilizando o princípio da universalidade no SUS .

Esse cenário se articula à discussão mais ampla sobre cidadania e democracia no SUS. Machado (2024) ressalta que a participação social está intrinsecamente vinculada à consolidação de direitos e à ampliação da cidadania, sendo condicionada por desigualdades históricas que limitam o acesso efetivo aos espaços de decisão. A mediação digital, nesse contexto, não elimina essas barreiras estruturais, podendo inclusive reproduzi-las quando não acompanhada de políticas públicas voltadas à equidade e à inclusão social .

A convergência entre os autores demonstra que as tecnologias digitais ampliam as possibilidades de participação social, especialmente ao facilitar o acesso à informação e criar

novos canais de interação entre sociedade e Estado, mas não garantem, por si só, maior engajamento ou influência nos processos decisórios. A efetividade da cidadania digital depende da articulação entre infraestrutura tecnológica, capacitação dos usuários, letramento digital e fortalecimento institucional, conforme argumentam Andrade; Barbosa; Mortari (2026) .

Em contraste, a ausência de políticas estruturadas de inclusão digital e de estratégias voltadas à equidade limita o alcance dessas iniciativas, como demonstrado por Santos *et al.* (2023), ao provar a baixa incorporação de TICs em processos participativos e a inexistência de mecanismos de apoio ao acesso digital. Esse achado tensiona a narrativa de universalização promovida pela saúde digital, indicando que a ampliação da participação permanece seletiva, desigual e condicionada por fatores socioeconômicos .

A discussão sobre dados e informação assume centralidade nesse debate, uma vez que a digitalização intensifica a produção e circulação de informações em saúde. Haddad; Lima (2024) destacam que a transformação dos dados em indicadores qualificados pode subsidiar decisões mais participativas e estratégicas, mas alertam que a ausência de regulação adequada pode gerar riscos à privacidade, à autonomia dos usuários e à integridade dos sistemas de informação em saúde .

A perspectiva crítica apresentada por Rachid *et al.* (2023) reforça esse ponto ao indicar que a concentração de dados e a lógica de plataforma podem deslocar o foco da participação para a gestão informacional, reduzindo o papel deliberativo dos cidadãos. Tal interpretação contrapõe-se à valorização da inovação tecnológica como instrumento automaticamente democratizante, revelando tensões importantes entre interesses econômicos, controle de dados e participação social efetiva .

Ao mesmo tempo, as experiências na APS analisadas por Soibelman; Fornazin; Albuquerque (2025) demonstram que, quando orientadas pelos princípios do SUS, as tecnologias digitais podem fortalecer a coordenação do cuidado, ampliar o acesso e qualificar a interação entre usuários e serviços. Essas iniciativas contribuem para maior proximidade entre sistema e população, especialmente em contextos de difícil acesso e vulnerabilidade social .

Entretanto, a consolidação da cidadania digital em saúde exige mais do que expansão tecnológica, demandando o fortalecimento de práticas participativas e o reconhecimento das especificidades territoriais. Buziquia *et al.* (2024) patenteiam que a participação social se

constrói a partir de relações concretas, do vínculo entre sujeitos e da atuação nos territórios, indicando que a mediação digital deve ser integrada a essas dinâmicas e não tratada como substitutiva .

Por fim, a análise integrada das produções indica que a cidadania digital em saúde no SUS constitui um processo em construção, marcado por avanços significativos na ampliação dos canais de participação, mas também por limitações estruturais que restringem sua efetividade. A consolidação desse processo depende da articulação entre inovação tecnológica, inclusão digital e fortalecimento da democracia participativa, condição essencial para que as tecnologias contribuam, de fato, para a ampliação da participação social no sistema de saúde brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências reunidas nesta investigação demonstram que a incorporação das tecnologias digitais no SUS tem promovido mudanças relevantes nos mecanismos de participação social, ampliando os canais de interação entre usuários, gestores e instâncias deliberativas. Contudo, tal ampliação não se traduz automaticamente em maior capacidade de influência nos processos decisórios. A presença de ferramentas digitais favorece o acesso à informação e a transparência institucional, mas sua efetividade na consolidação de uma cidadania digital ativa permanece condicionada à existência de infraestrutura adequada, estratégias de inclusão digital e fortalecimento das práticas participativas historicamente constituídas no SUS

A digitalização da saúde apresenta potencial para qualificar a governança e ampliar o controle social, sobretudo quando articulada à integração de dados e ao uso estratégico das tecnologias na Atenção Primária. Entretanto, persistem entraves estruturais que limitam o alcance dessas iniciativas, como desigualdades no acesso às tecnologias, fragilidades no letramento digital e ausência de políticas públicas capazes de garantir equidade no uso dessas ferramentas. Nesse contexto, a cidadania digital em saúde configura-se como um processo multifacetado, atravessado por determinantes sociais, políticos e territoriais que condicionam sua efetividade

Observa-se, ainda, que a mediação digital não substitui as formas presenciais de participação, mantendo-se dependente das relações estabelecidas nos territórios e dos vínculos entre usuários, profissionais e serviços. A incorporação de tecnologias digitais atua como recurso complementar, cuja efetividade depende da articulação com práticas já consolidadas na APS. Essa constatação reforça a necessidade de integrar inovação tecnológica às dinâmicas locais, evitando a dissociação entre ferramentas digitais e realidades sociais concretas

Entre as limitações desta investigação, destaca-se o caráter narrativo do delineamento, que permite maior flexibilidade interpretativa, porém não adota protocolos rígidos de sistematização, podendo introduzir elementos de subjetividade na seleção e análise do material. A delimitação temporal e linguística também pode ter restringido a incorporação de produções relevantes, sobretudo de contextos internacionais. Soma-se a isso o número reduzido de produções incluídas, o que limita a amplitude analítica e a generalização dos achados

Diante dessas limitações, torna-se pertinente o desenvolvimento de investigações que aprofundem a análise empírica sobre o impacto das tecnologias digitais na participação social em diferentes realidades do SUS, especialmente em territórios marcados por vulnerabilidade social. Recomenda-se, ainda, a realização de pesquisas avaliativas sobre a efetividade das plataformas digitais na influência sobre decisões em saúde, bem como abordagens que explorem a relação entre letramento digital, inclusão social e engajamento cívico. A adoção de delineamentos metodológicos mais robustos pode contribuir para o fortalecimento do campo e para a produção de evidências mais consistentes

Em síntese, a cidadania digital em saúde, no contexto do SUS, configura-se como um processo em construção, cuja consolidação depende da articulação entre inovação tecnológica, equidade social e fortalecimento institucional. Ao comprovar as potencialidades e os limites dessa interface, este trabalho contribui para o avanço do debate sobre participação social mediada por tecnologias, oferecendo subsídios para o aprimoramento de políticas públicas orientadas à democratização do acesso, à ampliação do controle social e ao fortalecimento de uma cidadania efetivamente participativa no sistema de saúde brasileiro.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Soraya Zacarias Drumond de; BARBOSA, Gentil Veloso; MORTARI, Bruno. Saúde digital e inteligência artificial: governança adaptativa e inovação no provimento médico do SUS. **Revista DCS**, v. 23, n. 87, 2026.

DOI:<https://doi.org/10.54899/dcs.v23i87.4302>. Disponível em:
<https://ojs.revistadcs.com/index.php/revista/article/view/4302>.

AMORIM, Breno de Oliveira *et al.* Tecnologias digitais e cidadania: desafios e oportunidades para a inclusão digital no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. **Revista DELOS**, Curitiba, v. 18, n. 63, p. 1-24, 2025. DOI: <https://doi.org/10.55905/rdelosv18.n63-046>. Disponível em: <https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/3527>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (CONITEC). Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS. **Brasília, DF: Ministério da Saúde**, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/conitec>.

BUZQUIA, Sabrina Pontes *et al.* Experiências de participação social no contexto da Atenção Primária em Saúde: um estudo qualitativo. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 34, e34098, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-7331202434098pt>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/8bn6LWXPMWtTCSRt8Wp6Wdh/>.

GONZAGA, Suelen Aparecida Costa; AVILA, Carlos Federico Domínguez; GONZAGA, Gean Carlos Sousa. Participa + Brasil: cidadania, democracia digital e participação social. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. e1818, 2025. DOI: <https://doi.org/10.23900/2359-1552v14n2-72-2025>. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/1818>.

HADDAD, Ana Estela; LIMA, Nísia Trindade. Saúde digital no Sistema Único de Saúde (SUS). **Interface: Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu**, v. 28, e230597, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.230597>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/nZkyh3JK8dNkZMkxcPjg9gm/>.

IAHNKE, Lilian Martins. Saúde digital na atenção primária à saúde: avanços, desafios e perspectivas a partir de uma revisão integrativa da literatura. **SciELO Preprints**, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13634>. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/13634>.

LEITE, Silvana Nair *et al.* Projeto Integra: fortalecimento da participação social na agenda das políticas, serviços e tecnologias em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 11, p. 5589-5598, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.18212021>. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2021.v26n11/5589-5598/pt/>.

MACHADO, Cristiani Vieira. Democracia, cidadania e saúde no Brasil: desafios para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 7, e02192024, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232024297.02192024>. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2024.v29n7/e02192024/pt/>.

RACHID, Raquel *et al.* Saúde digital e a plataformização do Estado brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 7, p. 2143-2153, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232023287.14302022>. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2023.v28n7/2143-2153/>.

SILVA, Aline Silveira *et al.* Participação social no processo de incorporação de tecnologias em saúde no Sistema Único de Saúde. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 53, 109, 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/S1518-8787.2019053001420>. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/rsp/2019.v53/109/pt/>.

SOUZA, Andrea Brígida de *et al.* Participação social na avaliação de tecnologias em saúde no SUS: marcos normativos, dispositivos e perspectivas. **Boletim do Instituto de Saúde**, São Paulo, v. 25, n. 2, 2024. DOI: <https://doi.org/10.52753/bis.v25i2.41396>. Disponível em: <https://periodicos.saude.sp.gov.br/bis/article/view/41396>.

SOUZA, Rogério Batista de. Participação social e governança local: o papel estratégico dos conselhos municipais de saúde no contexto do SUS. **Revista Eletrônica Vozes do Vale**, v. 16, n. 50, 2025. DOI: <https://doi.org/10.56238/levv16n50-045>. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/LEV/article/view/6553>.

SANTOS, Hebert Luan Pereira Campos dos *et al.* Participação social na elaboração dos planos municipais de saúde em capitais brasileiras durante a pandemia de COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 12, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320232812.20482022>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/SQgfzFMFMSNnp6RpFYyrZtD/>.

SOIBELMAN, Gustavo; FORNAZIN, Marcelo; ALBUQUERQUE, Mariana Vercesi. Saúde digital na Atenção Primária à Saúde no Brasil: experiências desenvolvidas no Sistema Único de Saúde entre 2018 e 2022. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 49, n. spe1, e10000, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/2358-28982025E110000P>. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/sdeb/2025.v49nspe1/e10000/>.